



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Colares**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Colares x RI Guamá x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Colares x RI Guamá x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Colares x RI Guamá x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Colares x RI Guamá x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Colares x RI Guamá x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Colares x RI Guamá x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Colares (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Em Colares, a taxa de pobreza iniciou em 62,0% em 2019, caindo levemente para 61,2% em 2020 e 59,0% em 2021. Em 2022, houve um salto expressivo para 64,5%, seguido de redução para 52,8% em 2023. A RI Guamá apresentou comportamento semelhante: de 45,0% em 2019, caiu para 43,5% em 2020, subindo para 62,0% em 2022 e recuando a 44,3% em 2023. No Pará, a taxa passou de 41,7% em 2019 para 40,6% em 2020, elevando-se a 59,0% em 2022 e, por fim, diminuindo para 43,8% em 2023. Nota-se um pico generalizado em 2022, possivelmente relacio-

nado a impactos socioeconômicos tardios da pandemia (Gráfico 1).

O recuo da taxa de pobreza em 2023 indica uma recuperação após o agravamento observado em 2022. Colares, no entanto, mesmo após a queda, manteve um índice significativamente superior à média estadual (52,8% contra 43,8%). A RI Guamá e o estado do Pará apresentaram valores similares em 2023, ambos em torno de 44%. Essa convergência ao final do período sugere uma relativa melhoria nas condições socioeconômicas regionais, embora Colares ainda enfrente maiores desa-

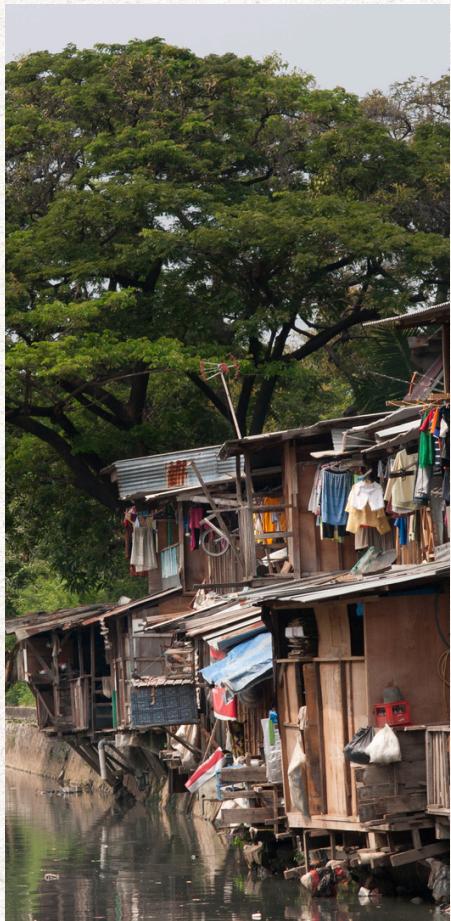
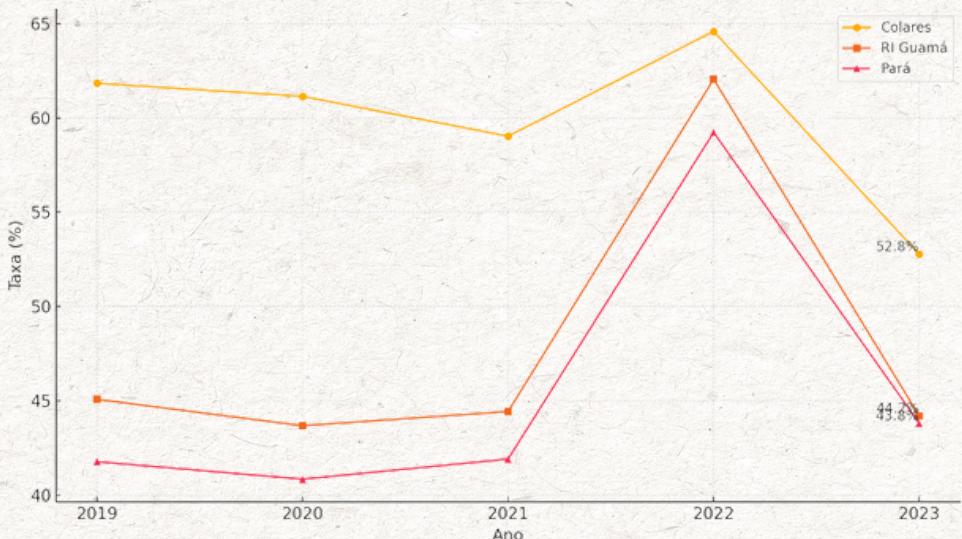




Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

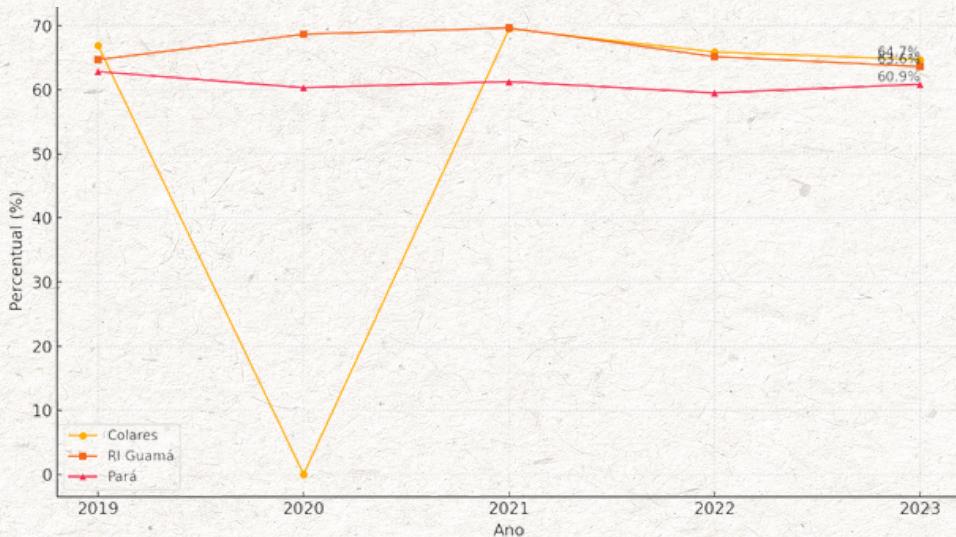
Colares começou 2019 com 67,3% de seu orçamento voltado a serviços essenciais, mas em 2020 houve uma queda abrupta para 0%, indicando possível inconsistência de dados ou descontinuidade administrativa. Em 2021, o percentual foi retomado a 69,2%, seguido por leve redução em 2022 (65,8%) e encerrando em 64,7% em 2023. A RI Guamá, por sua vez, manteve estabilidade: 64,8% em 2019, subindo para 69,1% em 2021 e finalizando com 63,9% em 2023. O estado do Pará também se manteve estável, variando entre 60,3% e 63,0% ao longo dos anos (Gráfico 2).

A tendência geral é de constância nos investimentos em serviços essenciais tanto na RI Guamá quanto no Pará. Colares, apesar da anomalia em 2020, demonstrou nos demais anos um compromisso maior com esses gastos, mantendo-se acima da média estadual. A retomada do patamar anterior a 2020 indica uma possível correção administrativa ou atualização de dados. O patamar de 64,7% em 2023 mostra um alinhamento de Colares às diretrizes regionais e estaduais, com prioridade aos serviços essenciais, apesar das variações pontuais (Gráfico 2).



**Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Colares x RI
Guamá x Pará (2019-2023)**

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.



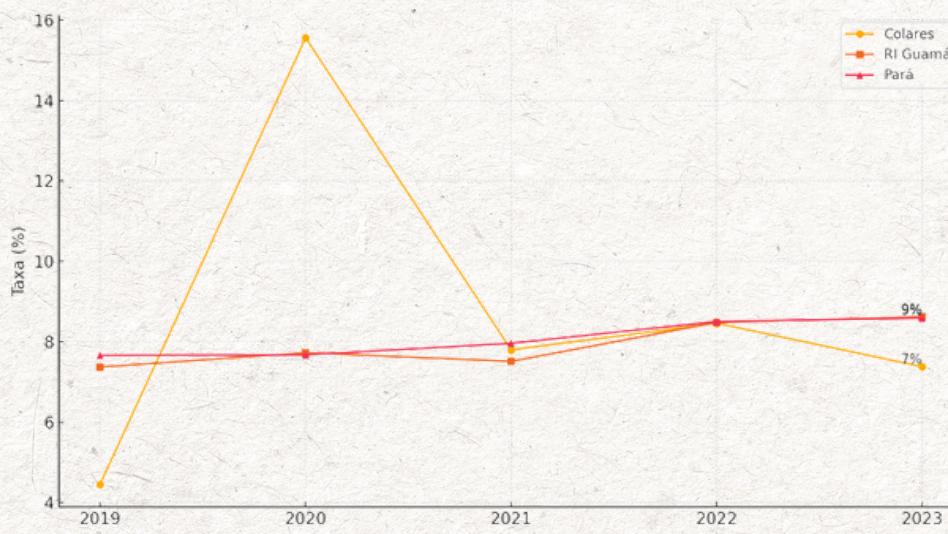
Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Colares, o indicador partiu de 4,4% em 2019, disparando para 15,6% em 2020 um valor atípico e muito acima dos padrões regionais. A partir de 2021, houve estabilidade com 7,9%, 8,5% e queda para 7% em 2023. A RI Guamá manteve-se estável ao longo do período: 7,3% em 2019, subindo gradualmente até 9% em 2023. Já o Pará partiu de 7,6% em 2019, mantendo trajetória crescente até também atingir 9% em 2023, com leve aceleração nos últimos anos (Gráfico 3).

Colares apresentou grande instabilidade no indicador, especialmente em 2020, sugerindo possíveis falhas no registro ou evento epidemiológico isolado. A partir de 2021, os valores se estabilizam próximos à média da RI Guamá. Em 2023, Colares conseguiu reduzir sua taxa para 7%, ficando abaixo das médias estadual e regional. Isso pode indicar avanços nos cuidados pré-natais ou intervenções pontuais na saúde materno-infantil no município (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



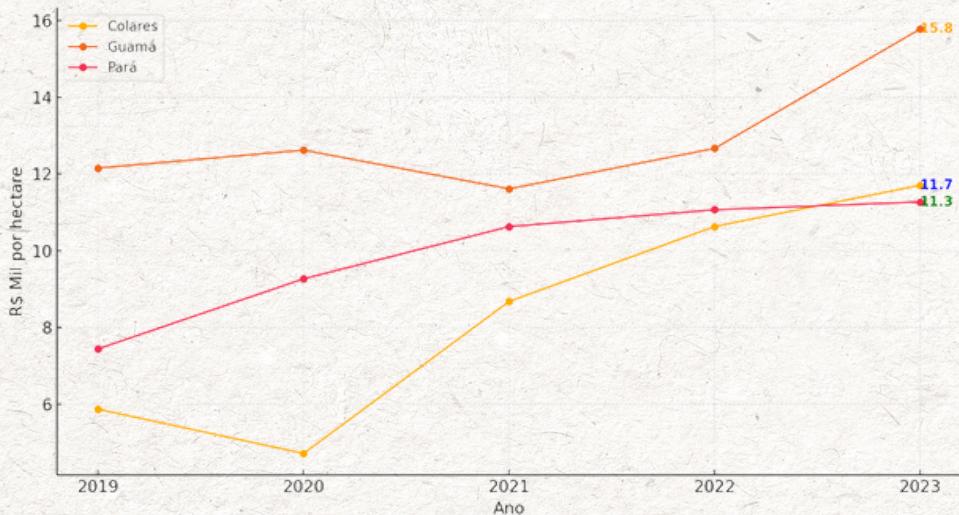
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Colares era de R\$ 5,8 mil/hectare em 2019, caindo para R\$ 4,7 mil em 2020. A partir de 2021, observou-se forte crescimento: R\$ 8,8 mil (2021), R\$ 10,6 mil (2022) e R\$ 11,7 mil em 2023. A RI Guamá manteve-se acima de Colares durante todo o período, iniciando em R\$ 12,1 mil em 2019, chegando a R\$ 15,8 mil em 2023, com pico de crescimento entre 2022 e 2023. O estado do Pará, por sua vez, partiu de R\$ 7,5 mil em 2019 e atingiu R\$ 11,3 mil em 2023, com aumento progressivo e constante (Gráfico 4).

A evolução da produtividade agrícola em Co-

Colares foi significativa, saindo de um patamar inferior ao estadual e se aproximando do mesmo ao final do período. Em 2023, Colares (R\$ 11,7 mil) superou a média estadual (R\$ 11,3 mil), demonstrando avanços importantes em práticas produtivas ou políticas de incentivo agrícola. A RI Guamá manteve-se como referência produtiva, fechando com a maior taxa (R\$ 15,8 mil), refletindo infraestrutura, tecnologia ou escala produtiva superiores. O cenário geral aponta para crescimento consistente na produtividade agrícola regional (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 11,7 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

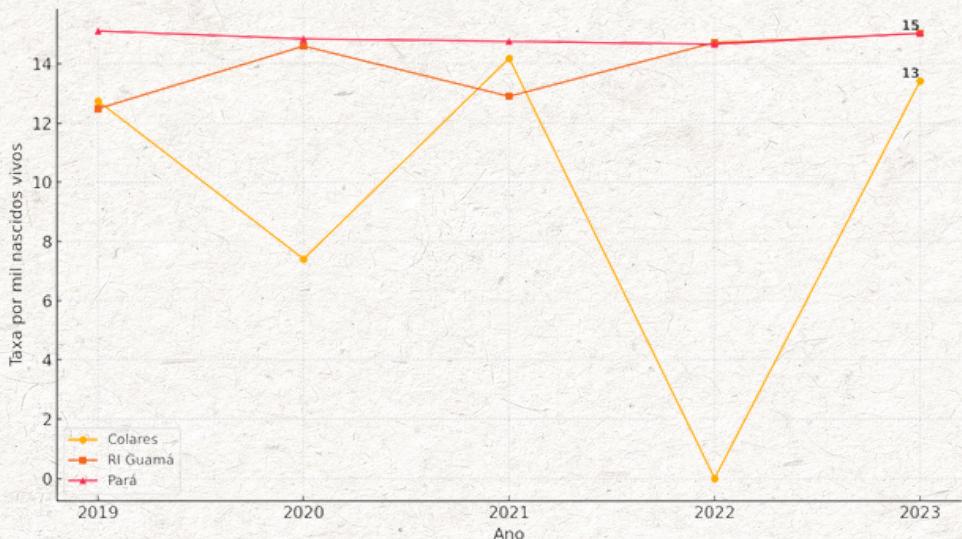
Em Colares, a taxa iniciou em 12,6 em 2019, caiu para 7,4 em 2020 e voltou a subir para 14,1 em 2021. Em 2022, houve um valor atípico de 0, o que sugere possível ausência de registro ou subnotificação. Em 2023, a taxa subiu novamente para 13, indicando retorno a um patamar elevado. A RI Guamá oscilou entre 12,7 e 14,8, com fechamento em 14,8 em 2023. Já o estado do Pará manteve estabilidade entre 14,6 e 15 ao longo de todo o período analisado (Gráfico 5).

Observa-se em Colares uma grande oscilação, o que pode indicar instabilidade nos dados ou baixa quantidade de nascimentos. A tendência estadual e regional é de estabilidade em um nível elevado, revelando desafios persistentes na saúde infantil. O resultado de 2023 coloca Colares abaixo da média da RI Guamá e do Pará, mas ainda distante de um cenário ideal. A análise reforça a necessidade de fortalecer o acompanhamento pré-natal e a assistência neonatal. O dado de 2022 exige cautela, pois pode distorcer interpretações se não for devidamente verificado (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Óbitos/Mil Nascidos Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

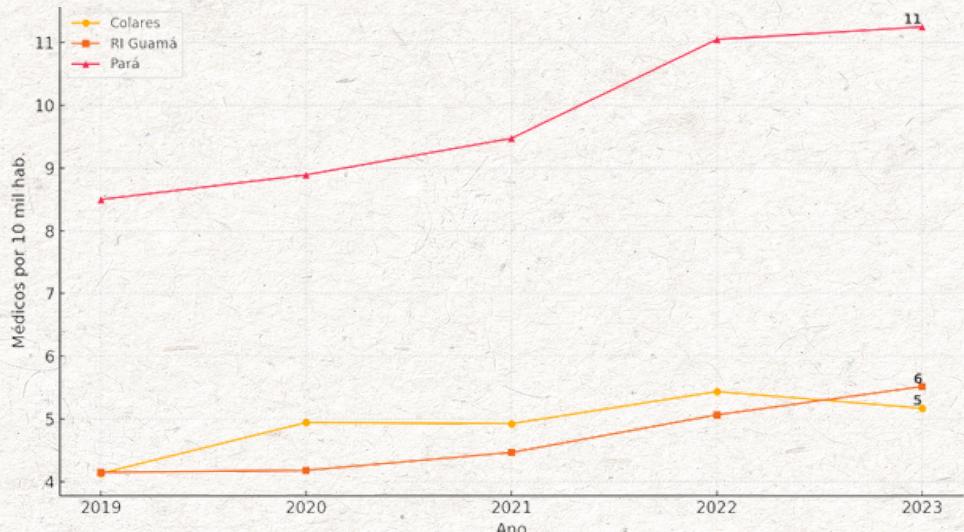
Colares partiu de 4,2 médicos por 10 mil habitantes em 2019, crescendo para 5,0 em 2020 e mantendo patamar semelhante até 2022 (5,4), com leve queda para 5,2 em 2023. A RI Guamá teve um crescimento contínuo, partindo de 4,2 para 6 médicos por 10 mil habitantes no mesmo período. Já o estado do Pará apresentou maior evolução: de 8,5 em 2019, chegou a 11,2 em 2023, mostrando ampliação significativa na cobertura médica (Gráfico 6).

Apesar do crescimento inicial, Colares a-

presentou uma leve queda em 2023, ficando abaixo da média regional e estadual. A RI Guamá superou o município nesse último ano, indicando maior êxito em políticas de atração de profissionais de saúde. O Pará mostrou desempenho mais robusto, com expansão constante. Mesmo assim, os três recortes permanecem abaixo da recomendação da OMS, que sugere 25 médicos por 10 mil habitantes, revelando a necessidade de investimentos contínuos na área (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Colares apresentou queda contínua no número de vagas escolares: de 278 por mil habitantes em 2019 para 214 em 2023. A RI Guamá também reduziu sua oferta, passando de 216 para 190 no mesmo período. O estado do Pará, por sua vez, variou de 211 para 198 vagas por mil habitantes. Apesar da tendência de queda, Colares manteve números superiores aos demais níveis ao longo de toda a série histórica (Gráfico 7).

Essa redução pode refletir ajustes demográficos, redução

da demanda ou diminuição da capacidade instalada. Mesmo assim, Colares segue como o território com maior disponibilidade proporcional de vagas. Em 2023, ainda apresentava 24 vagas a mais por mil habitantes que o estado. O comportamento da RI Guamá e do Pará revela possíveis desafios no planejamento educacional, exigindo ações para evitar sobrecarga nas escolas e garantir a universalização do acesso (Gráfico 7).

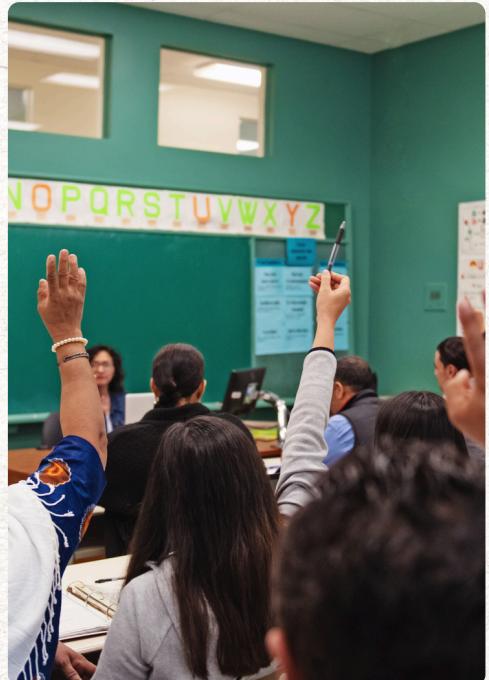
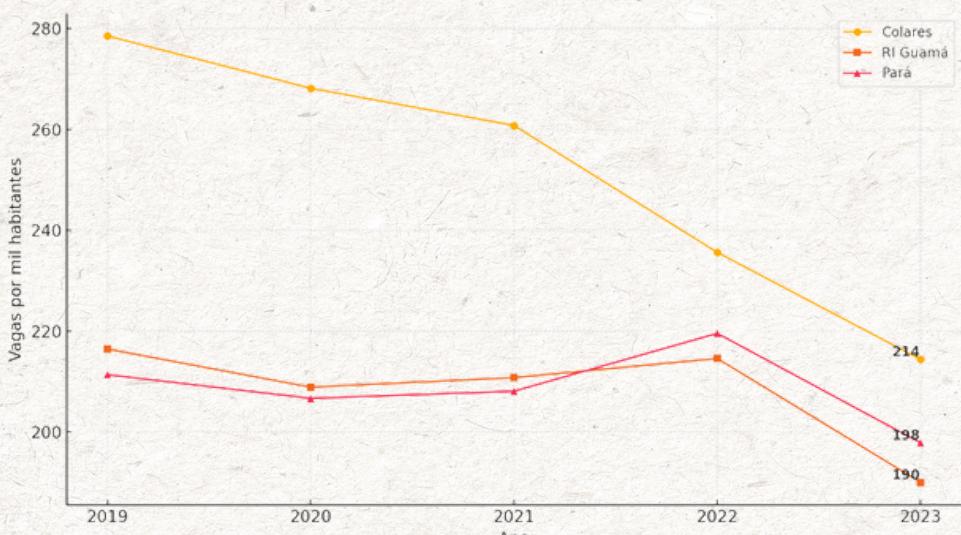




Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 214 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

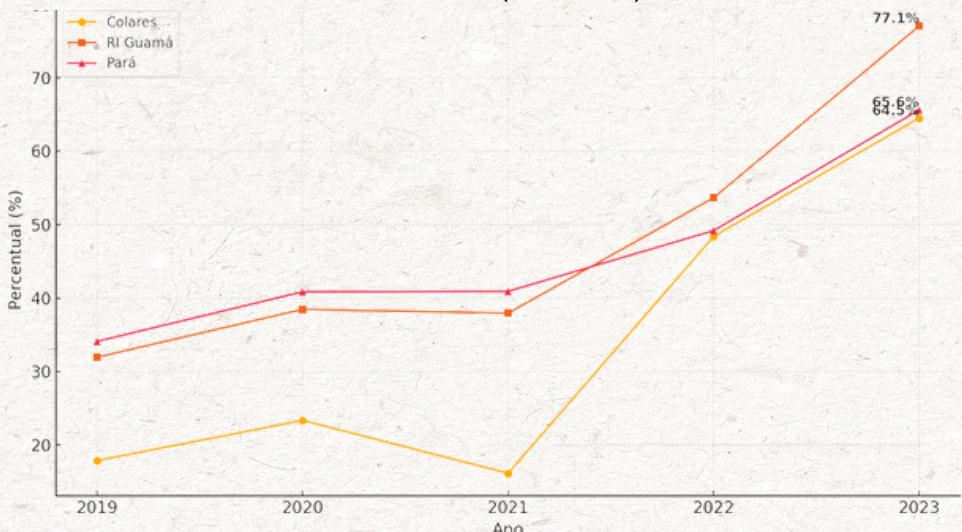
Em 2019, apenas 17,8% das escolas de Colares tinham acesso à internet, percentual que chegou a 23,6% em 2020, caiu para 16,0% em 2021 e subiu rapidamente para 48,6% em 2022. Em 2023, o índice alcançou 64,5%, indicando uma forte recuperação e expansão da infraestrutura digital. A RI Guamá apresentou crescimento consistente, de 32,1% em 2019 para 77,1% em 2023. Já o Pará passou de 34,1% para 64,3% no mesmo período (Gráfico 8).

Apesar do avanço, Colares ainda ficou le-

vemente abaixo da média regional em 2023. O crescimento expressivo a partir de 2022 pode estar ligado a iniciativas de inclusão digital pós-pandemia. O estado e a RI Guamá tiveram evolução mais estável e antecipada. Isso demonstra que Colares, embora atrasado inicialmente, conseguiu acelerar a expansão nos últimos dois anos. Ainda assim, é fundamental garantir manutenção e qualidade desse acesso para que se traduza em melhoria efetiva no processo de ensino-aprendizagem (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

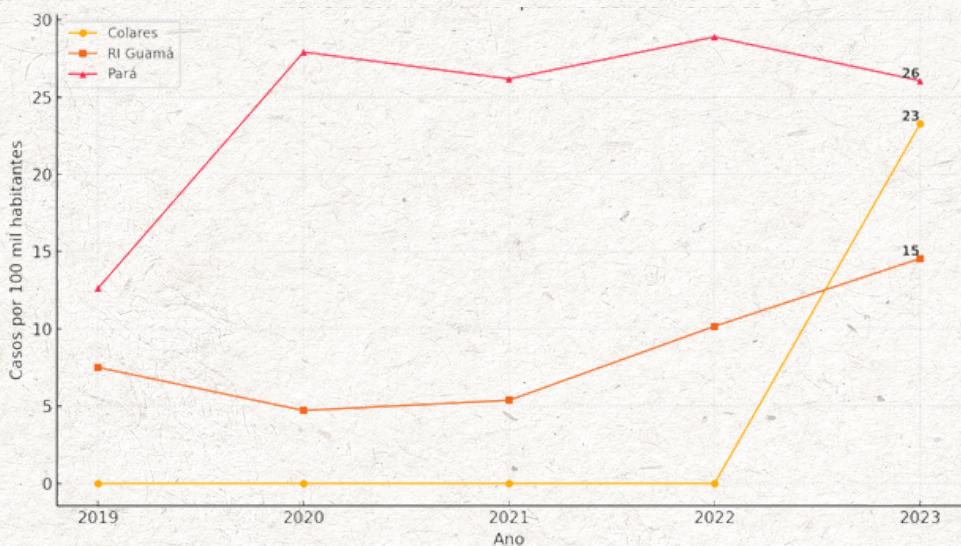


Colares apresentou valores nulos de 2019 a 2022, indicando ausência de registros ou subnotificação. Em 2023, no entanto, o município registrou 23 casos por 100 mil habitantes, evidenciando um aumento expressivo. Na RI Guamá, os registros oscilaram levemente: 7,6 (2019), 4,8 (2020), 5,4 (2021), 10,2 (2022) e 15,0 (2023). Já o estado do Pará apresentou um salto de 12,7 em 2019 para 28,0 em 2020, com pequenas variações até fechar em 26,0 em 2023 (Gráfico 9).



O crescimento em Colares pode representar tanto uma piora nas ocorrências quanto avanços na identificação e registro dos casos. O estado do Pará manteve níveis alarmantes durante todo o período, com estabilidade em patamares acima de 25 casos por 100 mil habitantes. A RI Guamá apresentou crescimento gradual, encerrando 2023 ainda abaixo da média estadual. O cenário aponta para uma necessidade urgente de intensificação das políticas de proteção à mulher em todos os territórios, principalmente em Colares (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

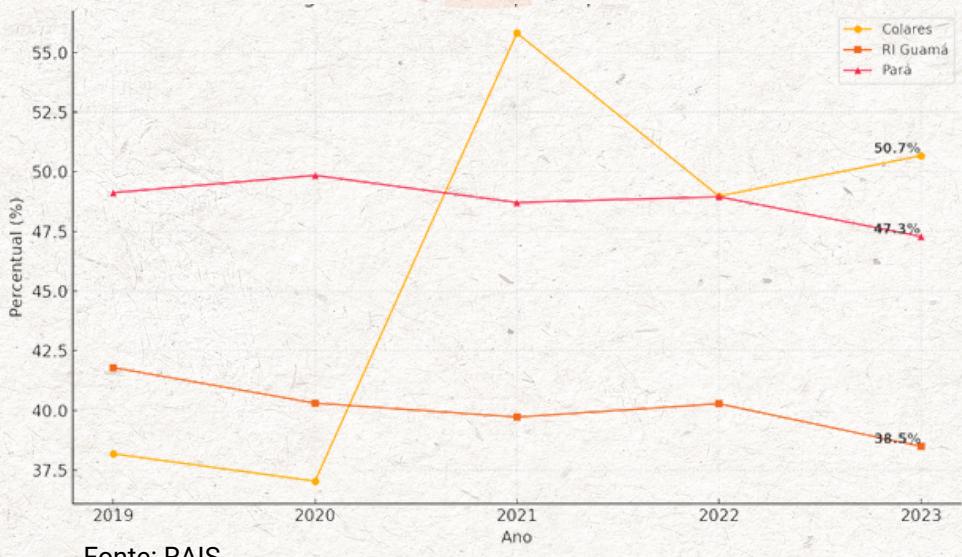
Colares, a participação feminina em cargos gerenciais foi de 38,3% em 2019, caiu para 37,0% em 2020, saltou para 55,9% em 2021 e recuou ligeiramente para 50,7% em 2023. Já a RI Guamá manteve valores mais estáveis, variando entre 39,7% e 41,7%, fechando 2023 com 38,5%. O estado do Pará apresentou melhor desempenho, iniciando em 49,0% em 2019 e encerrando com 47,3% em 2023, mantendo certa estabilidade ao longo dos anos (Gráfico 10).





Colares se destacou positivamente em 2021, com mais da metade dos cargos gerenciais ocupados por mulheres, superando os demais níveis. Apesar da leve queda posterior, manteve-se acima da média estadual em 2023. A RI Guamá, por outro lado, mostrou tendência de redução na presença feminina. A manutenção de percentuais elevados no estado e em Colares reflete certo avanço na equidade de gênero na ocupação de posições de liderança, embora persistam desafios para garantir essa paridade de forma estrutural (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Colares, o percentual permaneceu extremamente baixos durante todo o período: 0,0% de 2019 a 2021, subindo levemente para 0,2% em 2022 e mantendo esse valor em 2023. A RI Guamá teve ligeira oscilação, partindo de 0,9% em 2019 e chegando a 1,1% em 2023. Já o estado do Pará apresentou crescimento contínuo: 7,0% em 2019, 7,6% em 2020, 8,5% em 2021, 10,9% em 2022 e 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

Os dados revelam que Colares ainda não conseguiu integrar de forma significativa a população de baixa renda ao sistema de coleta de esgoto. A RI Guamá também apresenta cobertura muito limitada, embora ligeiramente superior. O estado, por sua vez, demonstra esforço gradual na ampliação da infraestrutura sanitária. A situação de Colares evidencia a urgência de investimentos básicos em saneamento, especialmente voltados às populações mais vulneráveis (Gráfico 11).

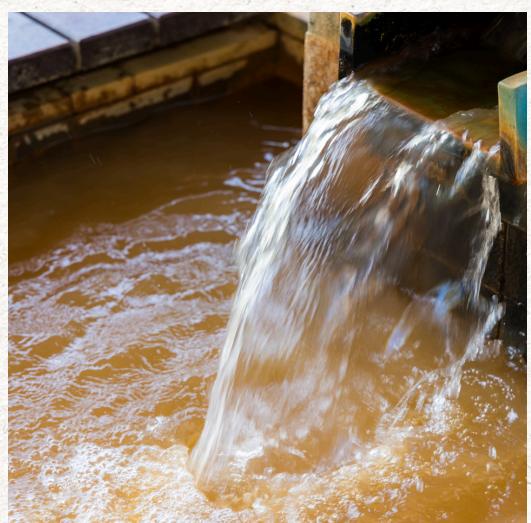
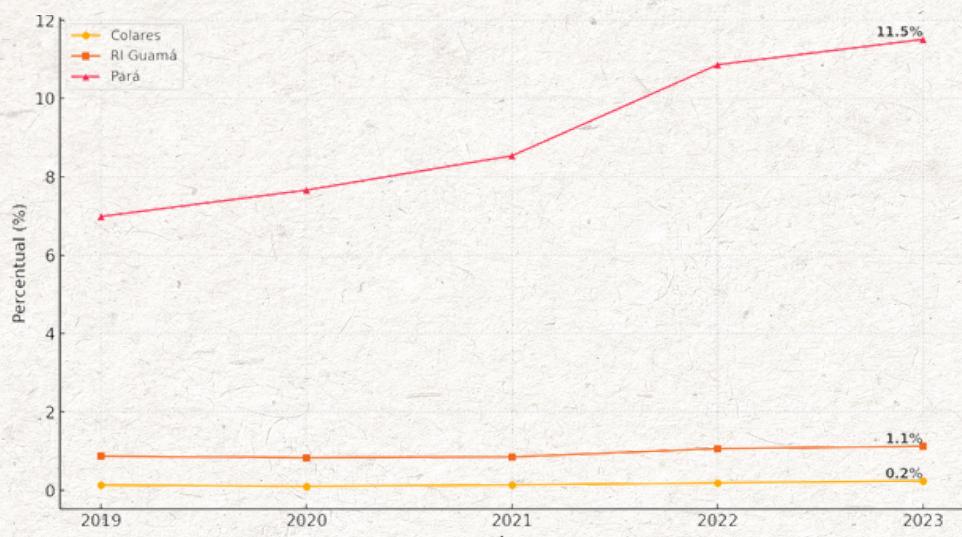




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

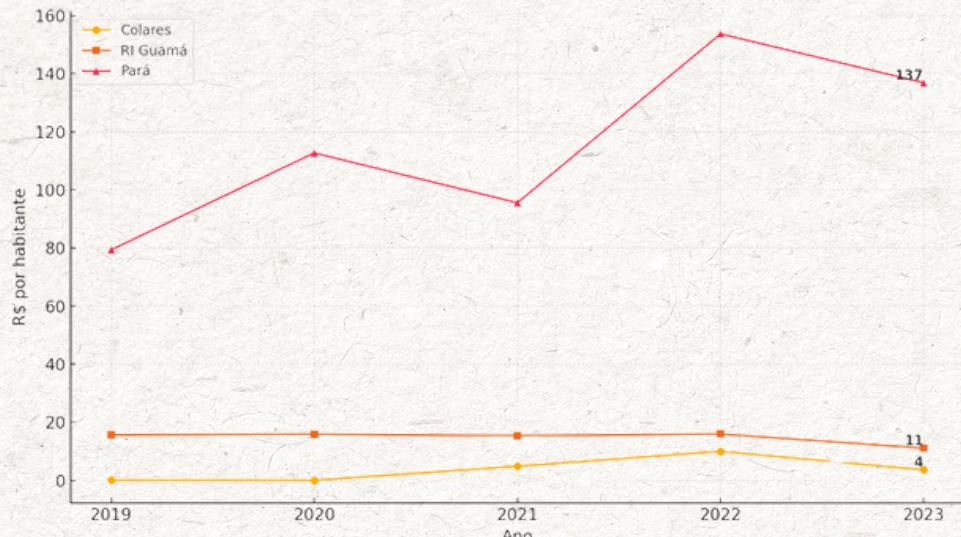
Em Colares, os investimentos por habitante em saneamento foram nulos em 2019 e 2020, subindo para R\$ 5,4 em 2021, R\$ 10,4 em 2022 e caindo novamente para R\$ 4,0 em 2023. A RI Guamá manteve certa estabilidade: R\$ 16,0 em 2019, mantendo-se nesse nível até 2022, com queda para R\$ 11,0 em 2023. O estado do Pará apresentou os maiores valores: R\$ 79,2 em 2019, saltando para R\$ 113,3 em 2020, R\$ 96,0 em 2021, R\$ 153,1 em 2022 e encerrando em R\$ 137,1 em 2023 (Gráfico 12).

Fica evidente a defasagem de Colares no investimento per capita em saneamento básico em comparação com os demais territórios. O Pará tem demonstrado um esforço expressivo, com valores crescentes e bem acima das demais esferas. A queda recente na RI Guamá e em Colares reforça a necessidade de retomada e ampliação de recursos voltados à universalização do acesso ao saneamento, condição essencial para saúde pública e dignidade (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 4/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

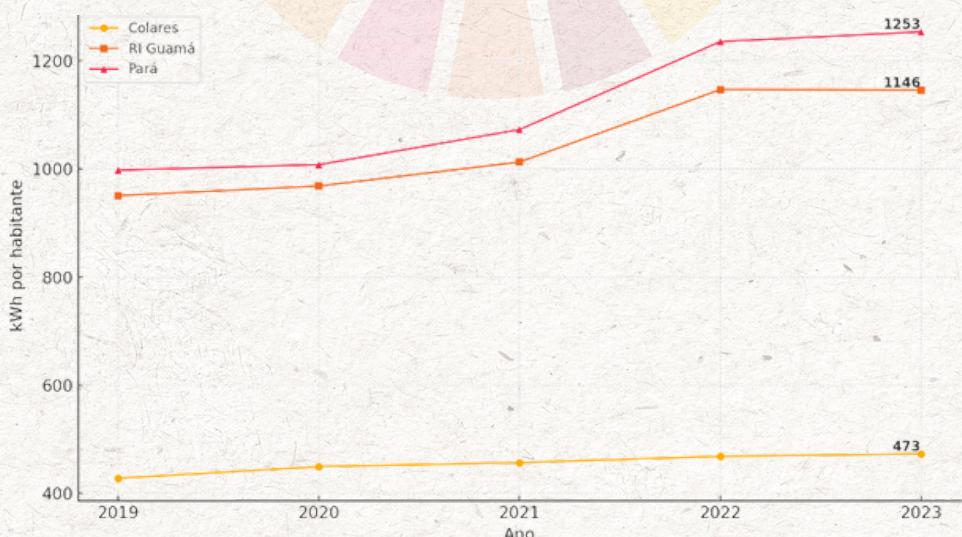


Colares apresentou crescimento contínuo no consumo de energia elétrica per capita, partindo de 431 kWh/hab. em 2019 para 473 kWh/hab. em 2023. Apesar do avanço, o município ainda registra valores bem inferiores à média regional (RI Guamá), que fechou 2023 com 1.146 kWh/hab. Já o estado do Pará teve um salto expressivo entre 2021 e 2022, encerrando 2023 com 1.253 kWh/hab. O crescimento estadual foi de 25,3% no período, enquanto Colares evoluiu apenas 9,7% (Gráfico 13).



A defasagem do consumo per capita em Colares evidencia desigualdades no acesso ou uso de energia elétrica, possivelmente associadas a fatores socioeconômicos e à infraestrutura. A RI Guamá e o Pará demonstram maiores níveis de urbanização e inserção energética. O avanço estadual também pode refletir expansão do setor produtivo e do consumo residencial. O baixo consumo em Colares, apesar do crescimento, revela um cenário que exige atenção em políticas de acesso à energia e combate à exclusão energética (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 473 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

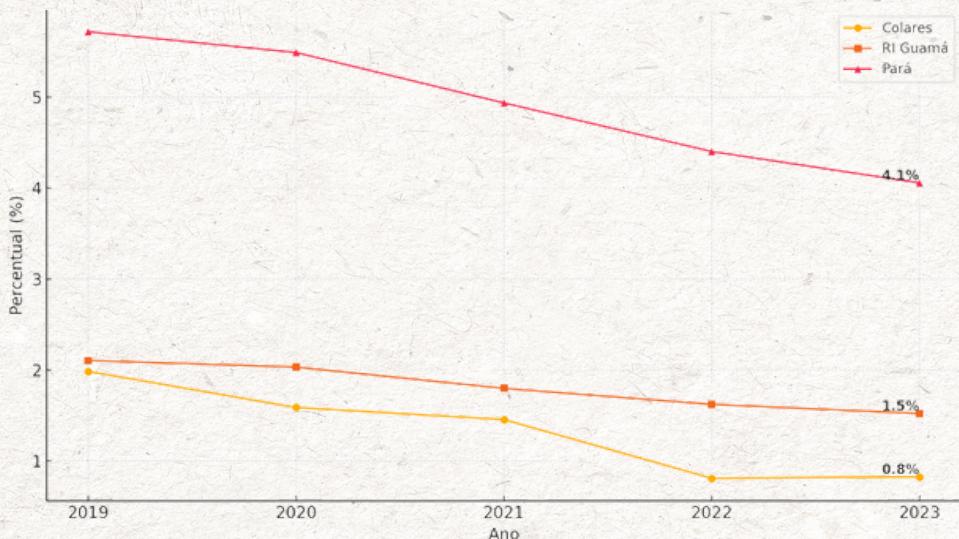
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Colares, o percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil caiu de 1,97% em 2019 para 0,83% em 2023. A RI Guamá reduziu de 2,10% para 1,53% no mesmo intervalo, enquanto o estado do Pará passou de 5,68% para 4,08%. O ritmo de redução em Colares foi expressivo, especialmente entre 2021 (1,46%) e 2022 (0,81%), sinalizando avanços relevantes na substituição de fontes precárias de iluminação (Gráfico 14).



A trajetória descendente indica melhorias no acesso à energia elétrica entre as populações mais vulneráveis. Colares conseguiu manter percentuais inferiores à média estadual e regional em todos os anos analisados. No entanto, o fato de ainda haver famílias com iluminação fóssil reflete a persistência de bolsões de pobreza energética. A continuidade de programas de universalização da energia é fundamental para erradicar esse indicador e garantir condições básicas de bem-estar (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

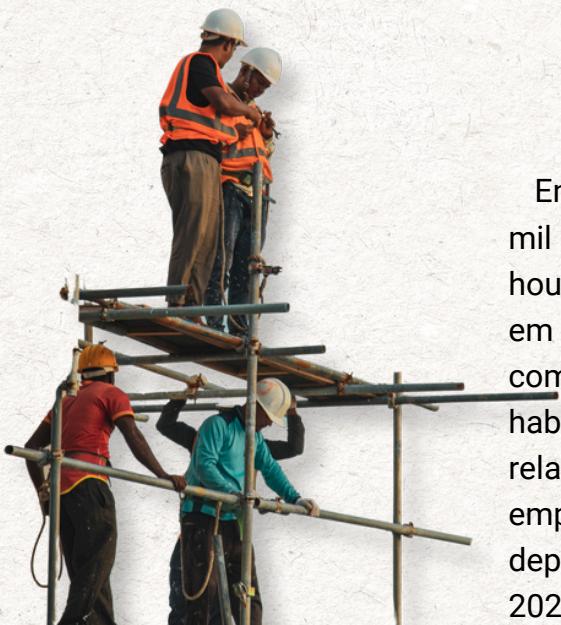


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



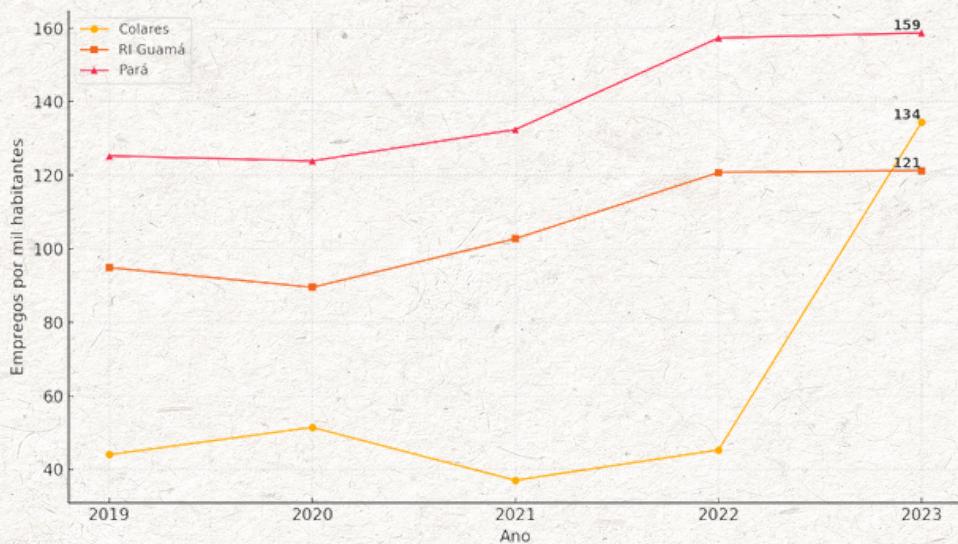
Em 2019, Colares apresentava 44 empregos formais por mil habitantes, aumentando para 51 em 2020. No entanto, houve queda em 2021 para 37, seguida de leve recuperação em 2022 (46). O salto mais expressivo ocorreu em 2023, com um aumento para 134 empregos formais por mil habitantes, o que representou um crescimento de 191% em relação ao ano anterior. A RI Guamá iniciou com 95 empregos em 2019, teve leve queda para 89 em 2020, e depois crescimento contínuo: 103 (2021), 121 (2022 e 2023). Já o Pará oscilou de 126 em 2019 para 125 em 2020, alcançando 159 em 2023 (Gráfico 15).

Empregos Formais por Mil Habitantes

O comportamento de Colares foi o mais instável entre os três territórios, com forte oscilação até 2022 e um aumento abrupto em 2023. Esse crescimento pode refletir uma expansão recente do mercado formal local ou melhorias no registro e geração de empregos. A RI Guamá teve um crescimento estável e gradual, acompanhando uma tendência regional positiva. Já o estado do Pará manteve a liderança ao longo de todo o período, com crescimento consistente. Apesar do salto em Colares em 2023, ainda há necessidade de observar se esse padrão se consolida ou se é um fenômeno pontual (Gráfico 15).



**Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Colares x RI
Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 134 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Colares apresentou crescimento contínuo de seu PIB per capita, partindo de R\$ 6.818 em 2018 para R\$ 8.126 em 2022, o que corresponde a um aumento de 19,2% no período. O maior avanço ocorreu entre 2020 e 2021, quando o indicador passou de R\$ 7.568 para R\$ 8.292. No entanto, em 2022, houve uma leve retração para R\$ 8.126. A RI Guamá manteve níveis superiores: começou com R\$ 12.684 em 2018 e chegou a R\$ 16.258 em 2022. Já o estado do Pará demonstrou crescimento robusto, de



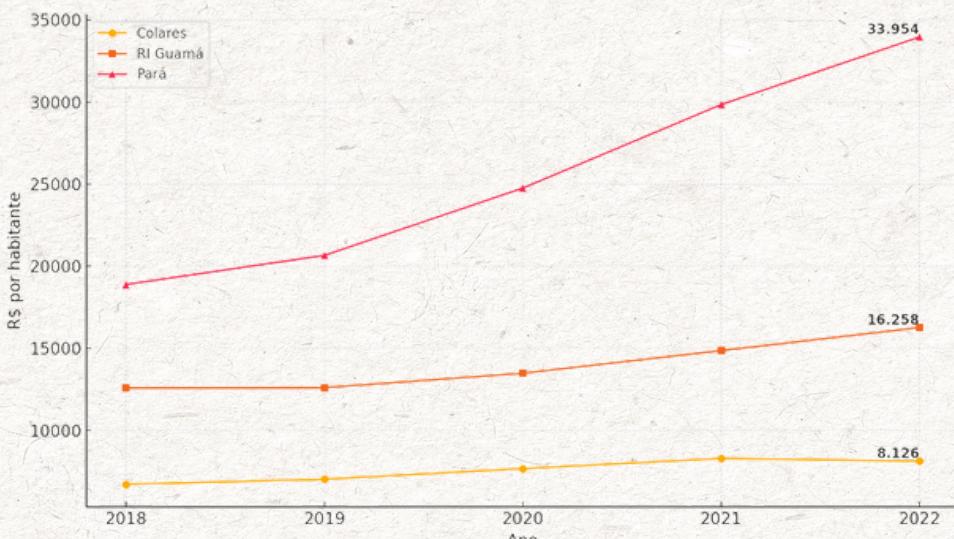
R\$ 18.996 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022 um avanço de quase 79% (Gráfico 16).

O desempenho de Colares foi positivo, embora inferior ao observado na RI Guamá e, principalmente, no Pará. O avanço estadual foi impulsionado por

setores de maior valor agregado, como mineração e energia, que puxaram o PIB per capita para cima. A RI Guamá manteve crescimento mais moderado, mas constante. Colares, por sua vez, embora tenha apresentado melhora, permanece com o menor nível entre os três, revelando disparidades estruturais significativas. Isso sinaliza que a atividade econômica local ainda tem baixa produtividade e depende de maior diversificação e dinamismo para se aproximar das médias regionais (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, Colares x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8.126/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



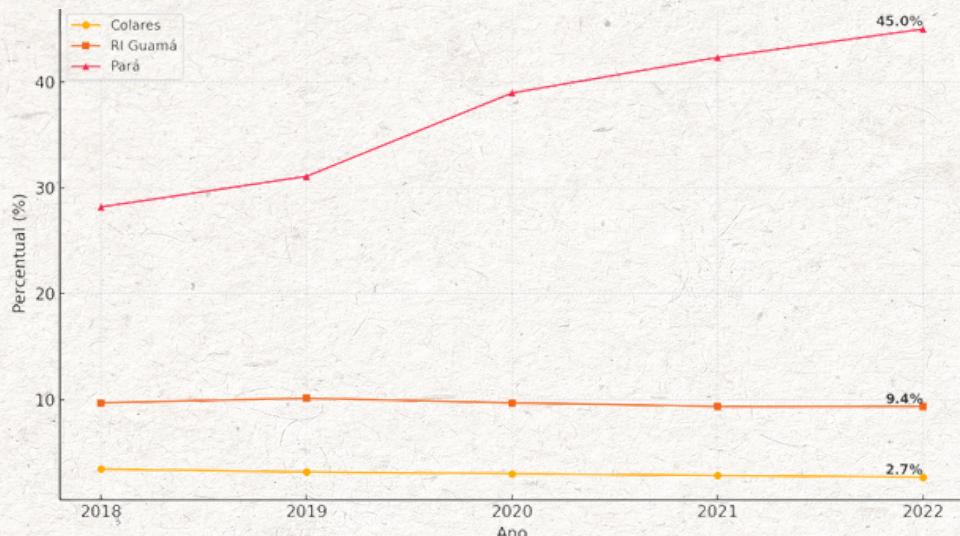
Colares iniciou o período com 3,2% do seu PIB oriundo da indústria em 2018, caindo para 2,7% em 2022. Essa variação negativa indica um enfraquecimento do setor industrial no município, que já operava com baixa participação. A RI Guamá manteve valores estáveis: 9,6% em 2018, com leve oscilação e encerrando em 9,4% em 2022. Já o estado do Pará apresentou crescimento contínuo e acentuado, partindo de 28,4% em 2018 para 45,0% em 2022, consolidando-se como um dos principais centros industriais da região Norte (Gráfico 17).

A forte elevação da participação industrial no PIB do estado reflete a intensificação de atividades como mineração, siderurgia e energia. Em contraste, Colares apresenta um perfil econômico com baixa industrialização, com predominância possivelmente de serviços e atividades primárias. A RI Guamá mantém uma indústria de base média, com estabilidade, mas sem expansão significativa. Os dados evidenciam que Colares permanece distante dos polos industriais regionais e que há oportunidades para o fortalecimento de pequenas cadeias produtivas locais, como agroindústrias, para elevar sua participação no PIB (Gráfico 17).





**Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Colares x RI
Guamá x Pará (2018-2022)**



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Colares, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes iniciou em 6,5 em 2019, subiu para 7,8 em 2020, mas caiu nos dois anos seguintes: 5,7 em 2021 e 5,3 em 2022. O destaque veio em 2023, com um salto significativo para 18 profissionais por 100 mil hab., quase triplicando em relação ao ano anterior. A RI Guamá iniciou com 7,6 em



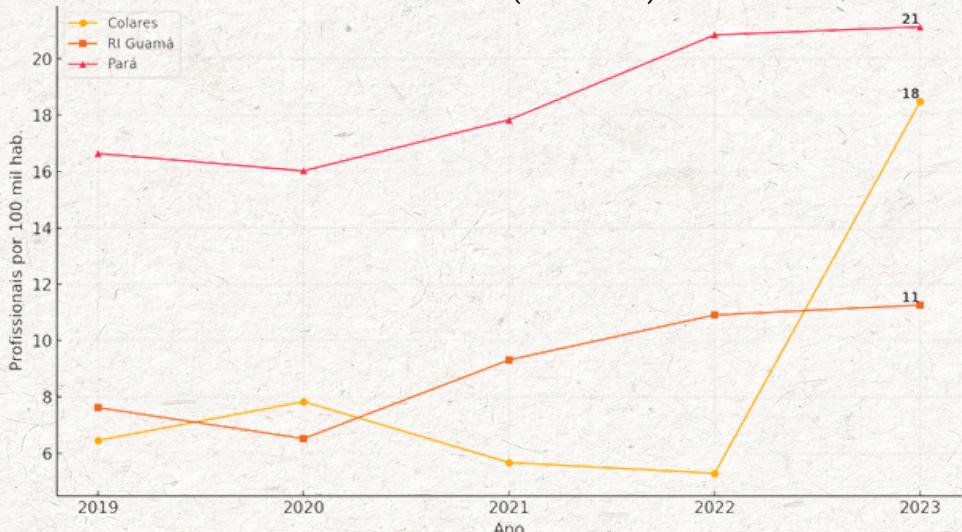
2019, caiu para 6,5 em 2020 e, desde então, seguiu em crescimento: 9,3 em 2021, 10,9 em 2022 e 11,1 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, apresentou trajetória mais estável e crescente, iniciando com 16,6 e chegando a 21,0 em 2023 (Gráfico 18).



O salto observado em Colares em 2023 pode indicar uma política recente de valorização da ciência ou contratações pontuais de profissionais com essa formação. Apesar do avanço, o município ainda se mantém abaixo da média estadual, embora tenha superado a RI Guamá pela primeira vez no período analisado. A trajetória mais constante da RI Guamá sugere estabilidade na inserção desses profissionais. Já o desempenho do estado evidencia um crescimento contínuo e articulado. Para que Colares mantenha o progresso, será essencial consolidar a formação técnica e científica local de forma sustentável (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





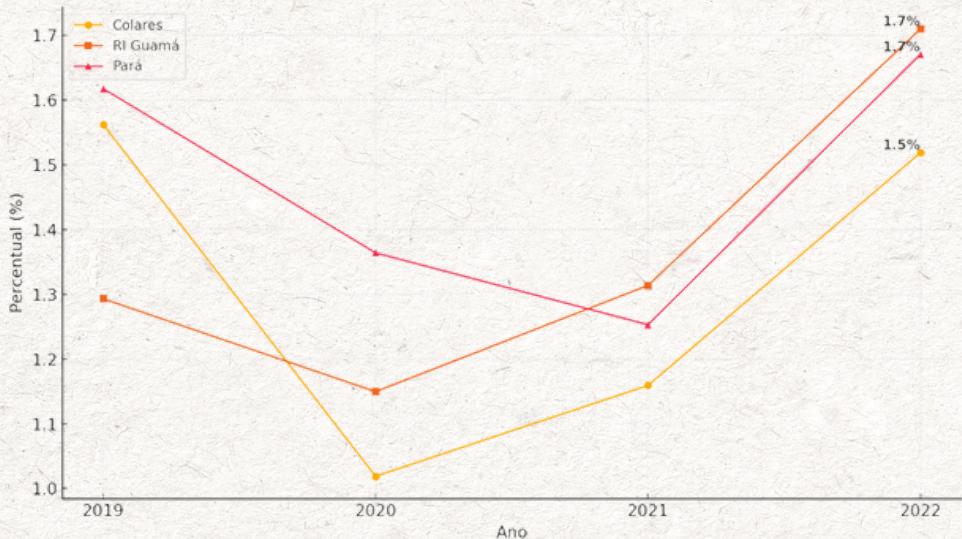
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Colares começou com 1,57% do PIB representado por massa salarial formal em 2019, mas enfrentou forte retração em 2020, caindo para 1,02%. A partir daí, o índice se recuperou gradualmente: 1,17% em 2021 e 1,52% em 2022. A RI Guamá seguiu um caminho mais estável e positivo, iniciando em 1,29% e encerrando com 1,70% em 2022. O estado do Pará teve queda até 2021 (de 1,61% para 1,26%), mas também se recuperou em 2022, fechando com 1,70%, assim como a RI. Em todos os anos, Colares ficou abaixo da média regional e estadual (Gráfico 19).

A forte queda em 2020 está provavelmente ligada aos impactos da pandemia sobre o mer-

cado formal de trabalho, que reduziu postos e renda. Embora tenha ocorrido uma recuperação nos anos seguintes, Colares ainda não conseguiu atingir novamente o patamar de 2019. A RI Guamá e o Pará demonstraram maior capacidade de resposta e resiliência econômica. Isso pode estar relacionado à maior diversificação produtiva e concentração de empregos formais de maior remuneração. Para Colares melhorar esse indicador, é necessário investir tanto na formalização do trabalho quanto na qualificação da mão de obra e na atração de empresas com maior valor agregado (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Colares x RI Guamá x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

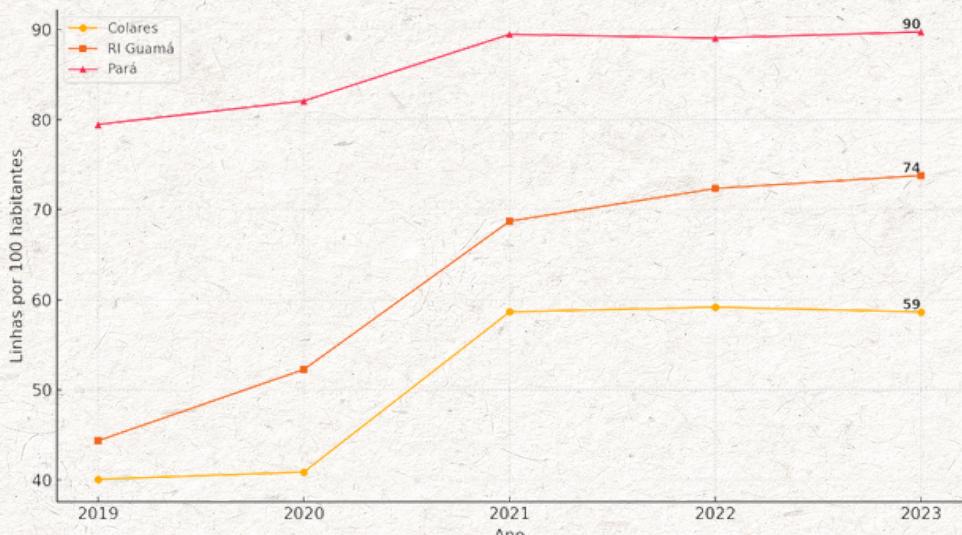
Em Colares, o acesso à telefonia móvel iniciou em 40 linhas por 100 habitantes em 2019 e cresceu levemente para 41 em 2020. Em 2021, houve uma elevação expressiva para 59 linhas, valor que se manteve praticamente estável até 2023, encerrando em 59. A Região de Integração (RI) Guamá apresentou aumento contínuo no período: de 44,3 em 2019 para 73,9 em 2023. Já o estado do Pará teve os melhores resultados, passando de 79,4 para 89,7 linhas por 100 habitantes no mesmo intervalo. O crescimento em Colares foi concentrado em apenas um salto, sem continuidade. O município permanece com cobertura muito inferior à média estadual (Gráfico 20).

Apesar do avanço observado em 2021, o estancamento posterior revela limitações estruturais no crescimento do acesso em Colares. A RI Guamá avançou de forma consistente, com ganhos distribuídos ao longo do tempo. O Pará manteve-se sempre à frente, evidenciando maior cobertura populacional e infraestrutura mais robusta. A diferença de aproximadamente 30 linhas entre Colares e o estado do Pará em 2023 mostra a persistência de desigualdades tecnológicas e de conectividade (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

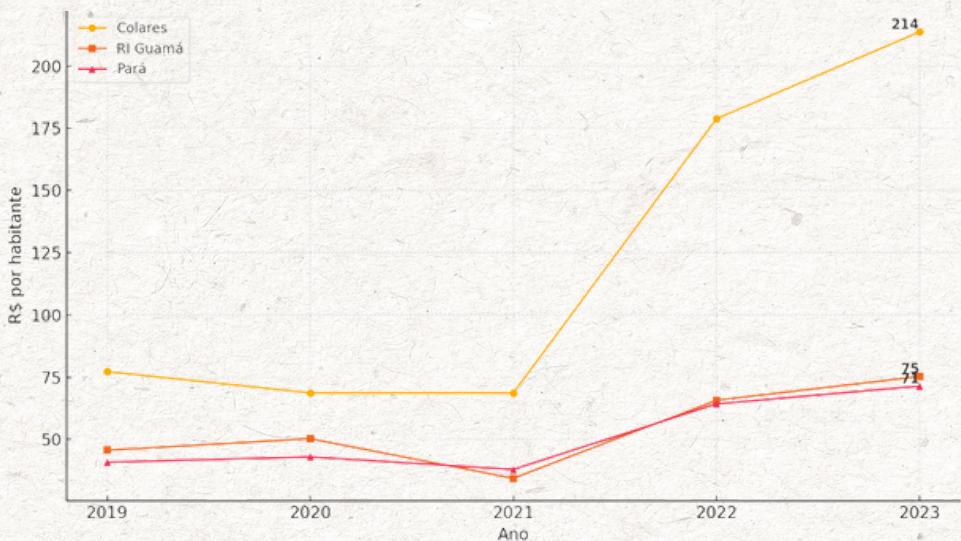
Colares começou 2019 com um gasto de R\$ 78 por habitante, recuando para R\$ 70 em 2020 e se mantendo nesse valor em 2021. A partir de 2022, houve forte elevação: R\$ 177 naquele ano e R\$ 214 em 2023. Esse crescimento contrasta com a estabilidade observada na RI Guamá, que variou de R\$ 45 em 2019 para R\$ 75 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, passou de R\$ 41 para R\$ 71 no mesmo período, com evolução igualmente moderada. Colares, ao final da série, superou em quase três vezes os valores estaduais e regionais. Isso indica priorização local nessas áreas

nos últimos dois anos (Gráfico 21).

O salto nos investimentos per capita em cultura e gestão ambiental pode ter origem em programas específicos, captação de recursos externos ou reorientação de políticas municipais. O fato é que, enquanto Colares mais que dobrou seus gastos de 2021 para 2023, os demais territórios mantiveram-se em patamares baixos e estáveis. Ainda é cedo para avaliar o impacto desses investimentos, mas eles representam um movimento positivo de fortalecimento das políticas ambientais e culturais (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 214/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



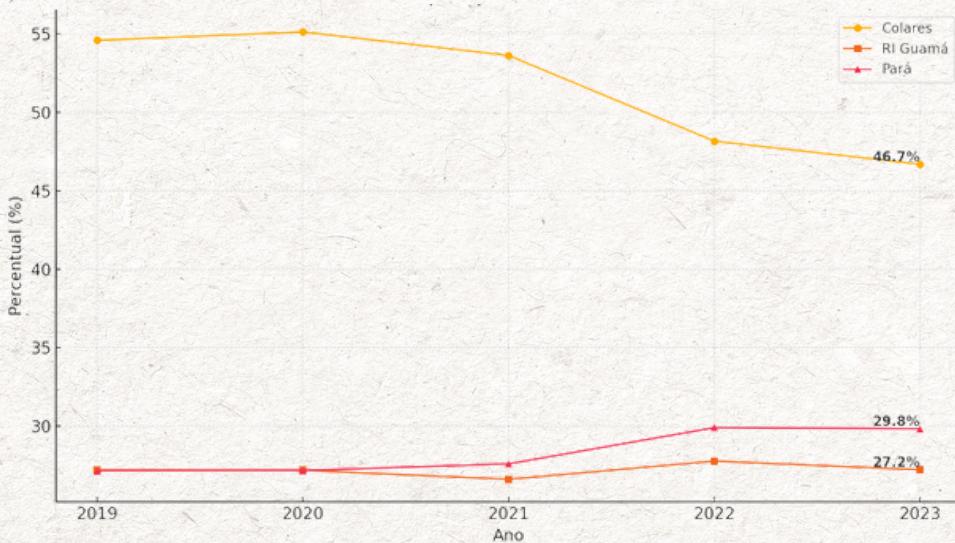


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Colares, o percentual da população de baixa renda que se desfaz do lixo de forma inadequada iniciou em 54,7% em 2019. Em 2020, subiu levemente para 55,1%, caindo para 53,7% em 2021 e reduzindo mais intensamente para 48,1% em 2022 e 46,7% em 2023. A RI Guamá oscilou entre 27,2% e 28,0% ao longo de todo o período, enquanto o Pará aumentou de 27,1% em 2019 para 29,8% em 2022 e se manteve nesse nível em 2023. Colares segue com percentuais consideravelmente mais altos, mesmo com a queda recente. Ainda em 2023, quase metade da população de baixa renda se encontra sem cobertura regular de coleta de resíduos sólidos (Gráfico 22).

A redução em Colares nos últimos dois anos representa uma tendência positiva, possivelmente associada à ampliação de serviços públicos ou ações educativas. No entanto, o patamar de 46,7% continua alarmante e exige atenção imediata. A comparação com a RI Guamá e o estado do Pará reforça essa disparidade, já que ambos se mantêm próximos de 27% a 30%. Políticas de coleta seletiva, extensão da cobertura urbana e regularização de áreas informais são fundamentais. O indicador também reflete vulnerabilidade ambiental e sanitária da população mais pobre, tornando sua resolução uma prioridade para a saúde pública local (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 46,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



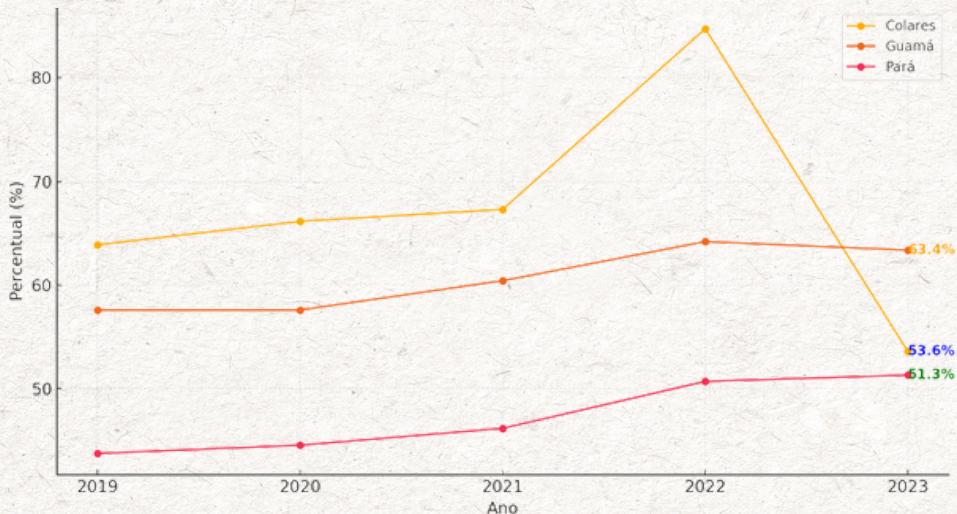
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar em Colares era de 63,6% em 2019, subindo gradualmente para 66,5% em 2020 e 67,6% em 2021. Em 2022, o indicador atingiu o pico de 84,4%, caindo bruscamente para 53,6% em 2023. A RI Guamá variou de 58,2% em 2019 para 69,7% em 2022, atingindo 63,4% em 2023. O estado do Pará também apresentou alta: de 43,4% em 2019 para 51,3% em 2023. Apesar da queda recente, Colares continuou encerrando o período com o maior percentual entre os três níveis analisados (Gráfico 23).

A alta de 2022 em Colares pode refletir me-

lhor identificação de domicílios inadequados, enquanto a queda de 2023 sinaliza possível intervenção pública. Ainda assim, mais de 6 em cada 10 famílias de baixa renda utilizam fossas rudimentares, evidenciando um grave déficit de saneamento. A RI Guamá e o Pará também mostraram dificuldades, mas com níveis menos críticos. A persistência de fossas rudimentares está associada a riscos à saúde, contaminação do solo e das águas. Investimentos em saneamento básico, sobretudo com foco na população vulnerável, são urgentes para reduzir essas desigualdades sanitárias (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 53,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



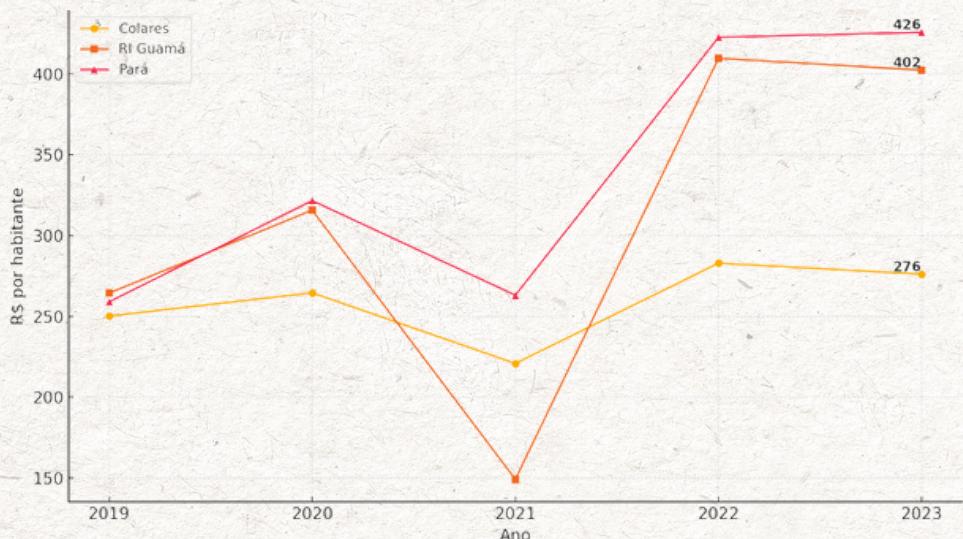
Gastos per capita com prevenção de desastres

Colares apresentou um gasto per capita de R\$ 250 em 2019, aumentando para R\$ 265 em 2020, seguido de uma queda para R\$ 222 em 2021. A partir daí, houve recuperação, com R\$ 283 em 2022 e leve recuo para R\$ 276 em 2023. A RI Guamá oscilou de R\$ 267 (2019) para R\$ 315 (2020), depois caiu drasticamente para R\$ 148 (2021) e voltou a subir até R\$ 402 em 2023. Já o estado do Pará apresentou comportamento mais estável e ascendente, saindo de R\$ 261 em 2019 para R\$ 426 em 2023. O maior salto estadual ocorreu entre 2021 e 2022, com aumento de R\$ 264 para R\$ 410 (Gráfico 24).



Colares manteve gastos consistentes, ainda que inferiores aos demais recortes nos últimos dois anos. A RI Guamá demonstrou grande instabilidade, mas alcançou valores próximos aos do estado em 2023. O crescimento estadual reflete possível ampliação de políticas estruturais voltadas à mitigação de riscos. Embora Colares não acompanhe os maiores investimentos, sua estabilidade pode ser um indicativo de planejamento contínuo. Para aprimorar sua resiliência, é fundamental que o município amplie os investimentos em prevenção, especialmente diante de eventos climáticos extremos crescentes (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 276/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Despesa per capita com preservação aquática

Colares não apresentou despesas registradas com preservação aquática entre 2019 e 2021, mantendo R\$ 0 por habitante nesses anos. Em 2022, houve um salto expressivo para R\$ 211 e, em 2023, o município atingiu R\$ 422 per capita, liderando entre os três níveis. A RI Guamá também registrou ausência de investimentos de 2019 a 2021, subindo para R\$ 14 em 2022 e R\$ 44 em 2023. O Pará, por outro lado, partiu de R\$ 185 em 2019, subiu para R\$ 276 em 2020, caiu para R\$ 180 em 2022 e encerrou 2023 em R\$ 287. Assim, Colares superou significativamente o estado no último ano (Gráfico 25).

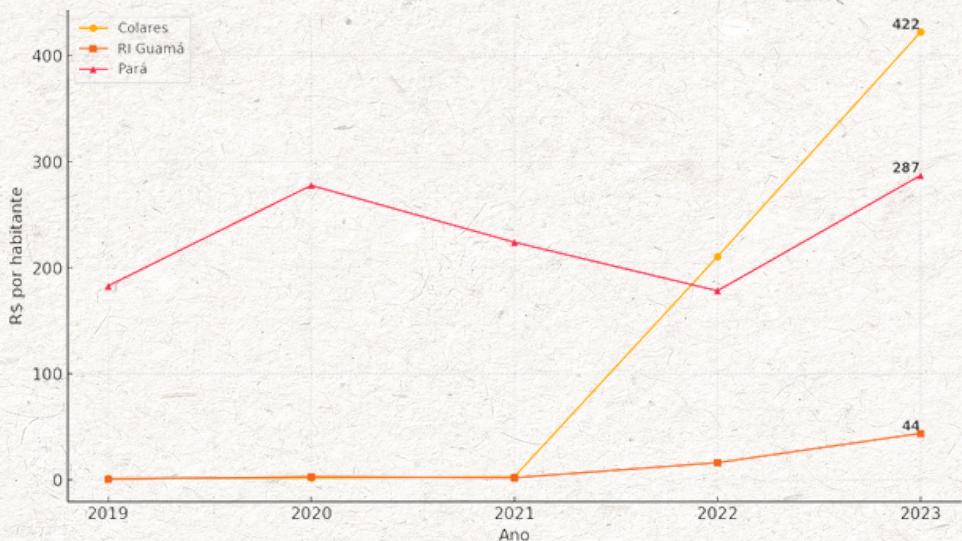
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



A explosão de investimentos em Colares a partir de 2022 representa uma mudança brusca na prioridade orçamentária ambiental. O município, que antes era omissão nessa frente, passou a liderar os aportes em 2023. A RI Guamá avançou de forma mais tímida, enquanto o estado apresentou oscilações, ainda mantendo valores altos. A variação estadual pode refletir mudanças em convênios ou fontes de financiamento. Colares, com o maior crescimento percentual, precisa agora garantir a efetividade desses recursos (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 422/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

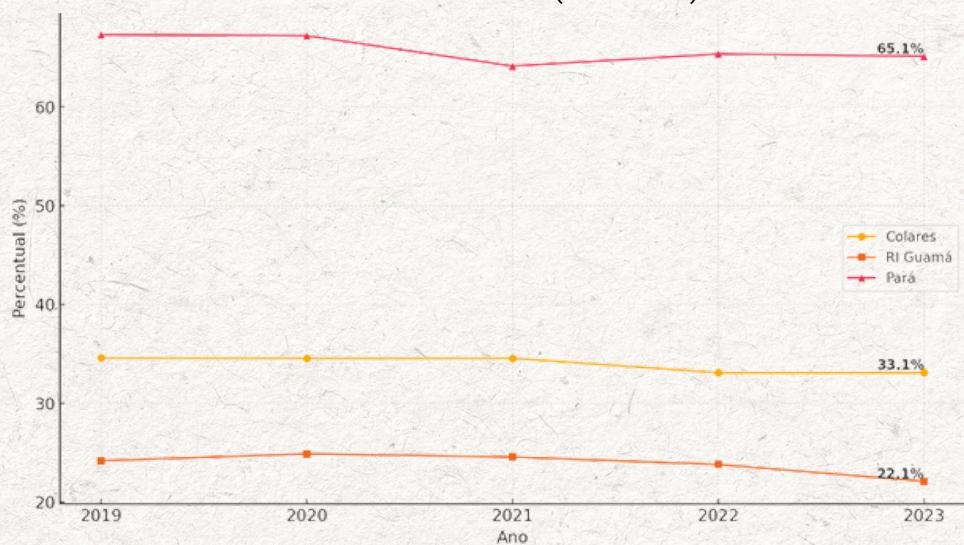
Em Colares, o percentual de cobertura florestal era de 34,6% em 2019, mantendo-se estável até 2021. A partir de 2022, houve queda para 33,1% e, em 2023, essa redução se consolidou. A RI Guamá partiu de 24,2% em 2019 e teve queda gradual até atingir 22,1% em 2023. Já o estado do Pará se manteve como o território mais preservado, com 66,8% de área florestal em 2019, levemente reduzido para 65,1% em 2023. Apesar das perdas, o Pará apresentou maior estabilidade em comparação à RI Guamá. O recuo em Colares, embora pequeno, merece atenção preventiva (Gráfico 26).

A estabilidade relativa do estado do Pará demonstra a

importância de políticas mais amplas de proteção ambiental. Em contraste, a RI Guamá mostrou perda contínua, e Colares também revelou sinais de fragilidade ambiental a partir de 2022. A manutenção de vegetação nativa é fundamental para o equilíbrio hídrico, climático e da biodiversidade. Mesmo com proporções modestas em relação ao total da área, a tendência de queda em Colares precisa ser revertida. É recomendável intensificar ações de reflorestamento, conservação e controle fundiário. Preservar a floresta é garantir resiliência ambiental e reduzir riscos ecológicos de médio prazo (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Colares manteve valores praticamente estáveis entre 2019 e 2022, com 23,8% a 23,9% de sua área total desmatada, subindo para 24,1% em 2023. A RI Guamá apresenta os piores números: 68,2% em 2019, mantendo esse patamar até 2021, caindo para 65,0% em 2022 e voltando a 68,7% em 2023. O estado do Pará teve ligeiro aumento: de 22,1% em 2019 para 23,2% em 2023. Apesar de Colares ter mantido certa estabilidade, seu percentual ainda é maior que a média estadual. A RI Guamá segue como a região mais crítica em termos de desmatamento pro-

porciona (Gráfico 27).

A leve piora em Colares pode indicar pressões territoriais como expansão urbana ou agrícola. O comportamento oscilante da RI Guamá demonstra ausência de controle contínuo e efetivo. Já o Pará, mesmo com elevação discreta, ainda opera em níveis menores e mais controlados. A comparação reforça que Colares precisa adotar políticas preventivas para não seguir a tendência da RI. A manutenção da cobertura vegetal e o controle do uso do solo são essenciais para evitar o agravamento desse indicador. (Gráfico 27).

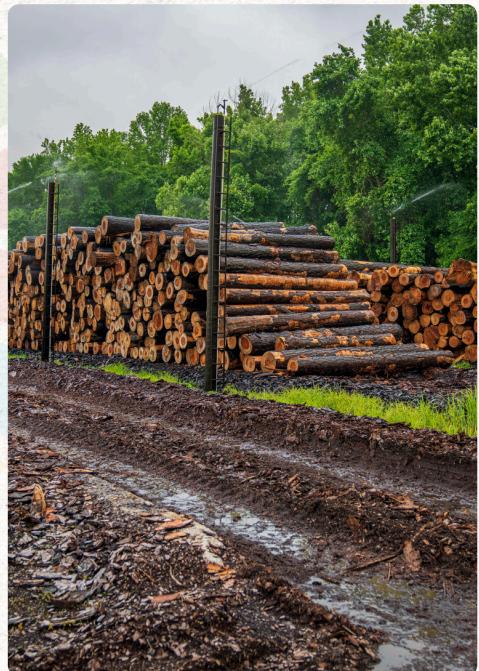
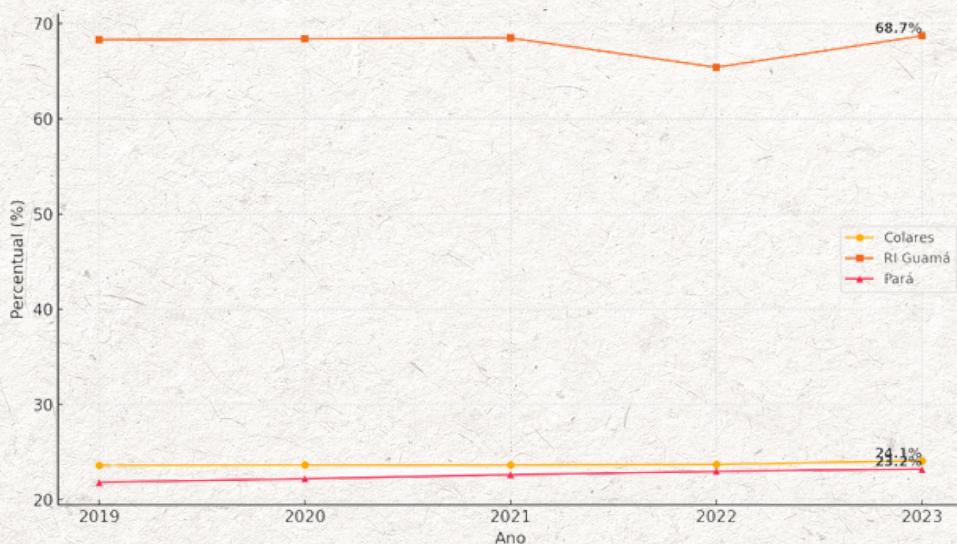


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Colares, o indicador registrava 16,6 casos por 100 mil habitantes em 2019. A partir de 2020, o número caiu para zero e assim permaneceu até 2023, o que indica erradicação oficial do trabalho infantil no município nesse período. A RI Guamá iniciou com 32,1 casos em 2019 e reduziu sucessivamente para 24,0 (2020), 16,4 (2021), 10,6 (2022) e 7,1 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, caiu de 39,3 em 2019 para 11,0 em 2023, com redução consistente ano a ano. Os dados mostram tendência positiva nos três níveis territoriais (Gráfico 28).

A erradicação aparente em Colares é destaque, mas pre-

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

cisa ser interpretada com cautela quanto à qualidade da notificação. Tanto RI Guamá quanto Pará também tiveram queda contínua e expressiva, evidenciando impacto de políticas públicas, fiscalização e programas sociais. A taxa estadual ainda está acima da média nacional, mas caminha para um patamar mais seguro. A manutenção de Colares em zero por quatro anos consecutivos pode indicar eficiência local ou subnotificação, o que exigiria verificação qualitativa. O cenário geral é de avanço, mas requer monitoramento contínuo para prevenir retrocessos (Gráfico 28).

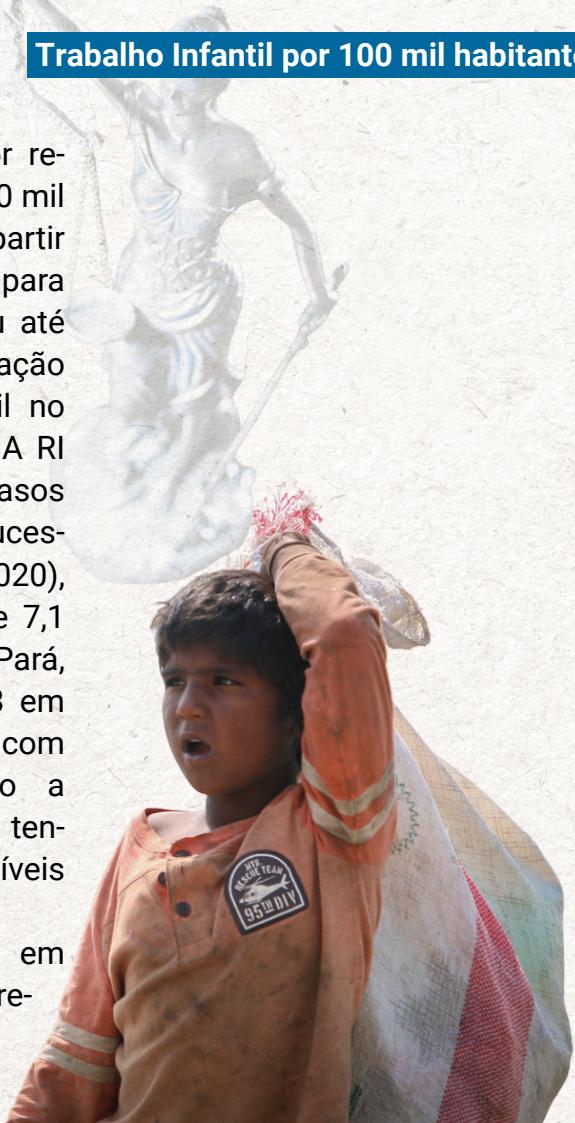
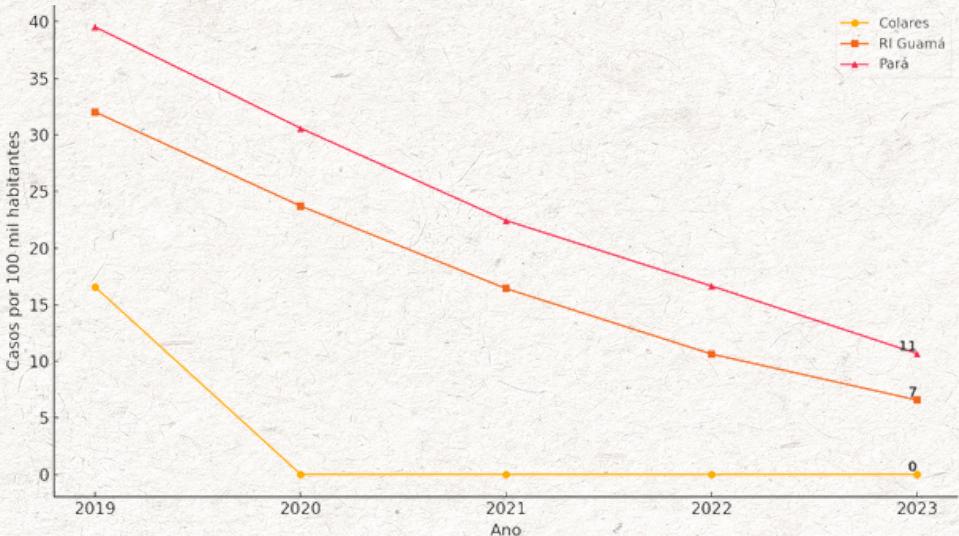




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

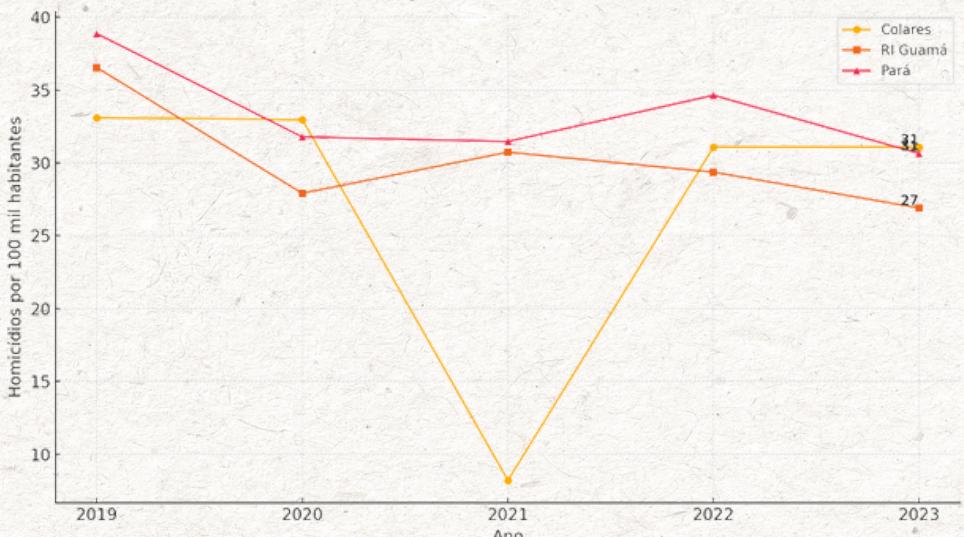
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Colares, a taxa de homicídios iniciou em 33,3 em 2019, manteve-se em 33,1 em 2020 e caiu drasticamente para 8,1 em 2021. Em 2022, o índice voltou a subir para 31,2 e permaneceu praticamente estável em 2023, com 31,3. A RI Guamá, por sua vez, partiu de 36,5 em 2019 e reduziu para 27,0 em 2023, com trajetória de queda mais linear. Já o estado do Pará variou de 38,7 em 2019 para 31,1 em 2023, apresentando oscilações no período, com pico em 2022 (34,7) (Gráfico 29).

Colares apresentou forte oscilação, com queda acentuada em 2021 seguida de aumento brusco nos dois anos seguintes. Essa instabilidade pode indicar episódios pontuais de violência ou limitações nas políticas de segurança. A RI Guamá e o Pará demonstraram tendência de redução gradual, embora com oscilações anuais. O retorno de Colares a patamares acima de 30 evidencia a necessidade de políticas locais mais eficazes. Apesar da melhoria regional, os níveis ainda são elevados e exigem ações integradas de prevenção e enfrentamento da violência (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



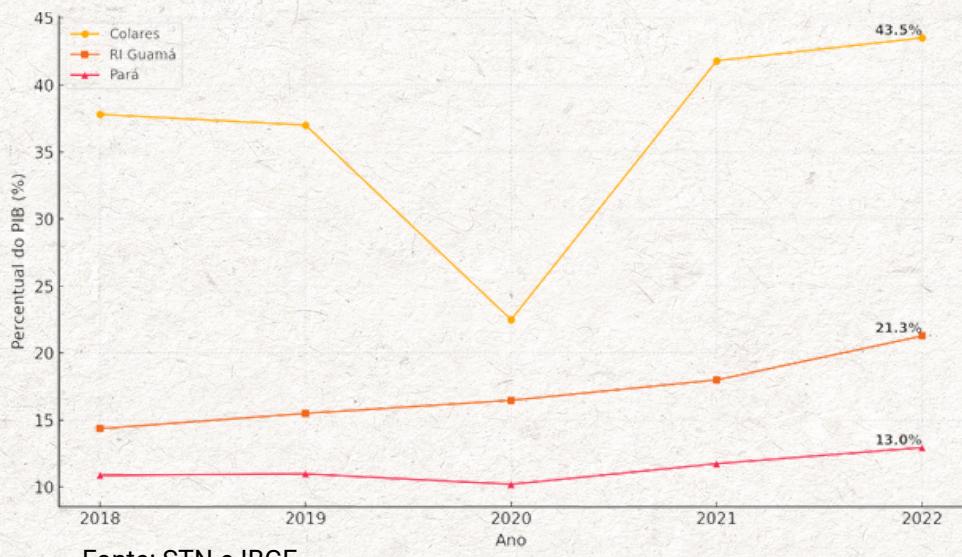


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Colares, o gasto público municipal representava 37,7% do PIB em 2018, mantendo-se estável em 2019 com 37,1%. Em 2020, houve queda significativa para 22,6%, seguida de uma recuperação em 2021 (41,8%) e um novo aumento para 43,5% em 2022. Esse comportamento revela forte oscilação na participação do gasto público na economia municipal, possivelmente influenciada por fatores externos como a pandemia e alterações na arrecadação local. A Região de Integração do Guamá teve trajetória crescente e estável: de 14,2% em 2018 para 21,3% em 2022. Já o estado do Pará apresentou crescimento mais modesto, de 10,7% em 2018 para 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

Colares destacou-se com os maiores percentuais em todos os anos, embora com uma volatilidade que contrasta com a estabilidade regional e estadual. O crescimento de 2021 para 2022 pode indicar aumento da capacidade de gasto ou injeção de recursos extraordinários. A RI Guamá mostra avanço progressivo, refletindo ampliação da presença do setor público nas economias locais. O estado, por sua vez, mantém trajetória ascendente, ainda que em ritmo mais lento. Os dados sugerem que, apesar da retomada, Colares precisa atentar para o equilíbrio fiscal e a eficiência na aplicação dos recursos (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Colares x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.



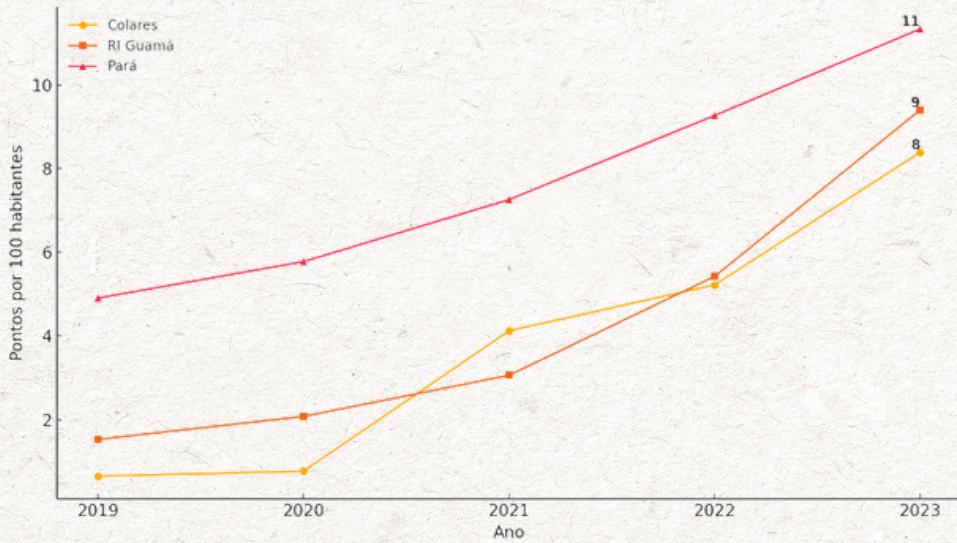
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, o município de Colares apresentou um crescimento progressivo na taxa de acesso à banda larga fixa, embora ainda mantenha níveis inferiores aos da região e do estado. Em 2019 e 2020, a taxa era de apenas 0,7 pontos por 100 habitantes, subindo para 4,1 em 2021. A partir de então, o avanço foi mais expressivo, atingindo 5,2 pontos em 2022 e 8,4 pontos em 2023. Apesar da tendência de crescimento, o valor de 2023 revela que apenas 4% da população possuía acesso à banda larga fixa, o que ainda indica grande limitação de infraestrutura digital e conectividade no município (Gráfico 31).

Na Região de Integração Guamá, o indicador

evoluiu de 1,5 em 2019 para 2,1 em 2020, 3,1 em 2021, saltando para 5,4 em 2022 e alcançando 9,4 pontos em 2023, o que representa um crescimento quase seis vezes maior no período. Já o estado do Pará também demonstrou trajetória de avanço constante, partindo de 4,9 pontos em 2019 e crescendo anualmente até atingir 11,0 em 2023. A comparação mostra que Colares segue com um desempenho muito inferior ao restante do estado, reforçando a necessidade de políticas públicas específicas voltadas à expansão da infraestrutura de conectividade e ao enfrentamento da exclusão digital nas áreas mais vulneráveis (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Colares x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

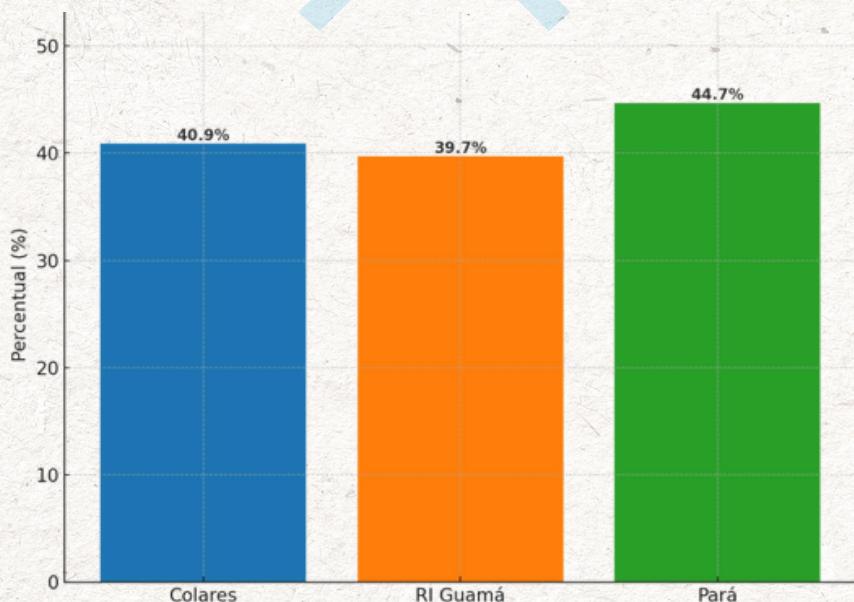
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Colares** registrou um IDS de **40,9%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Colares x RI Guamá x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

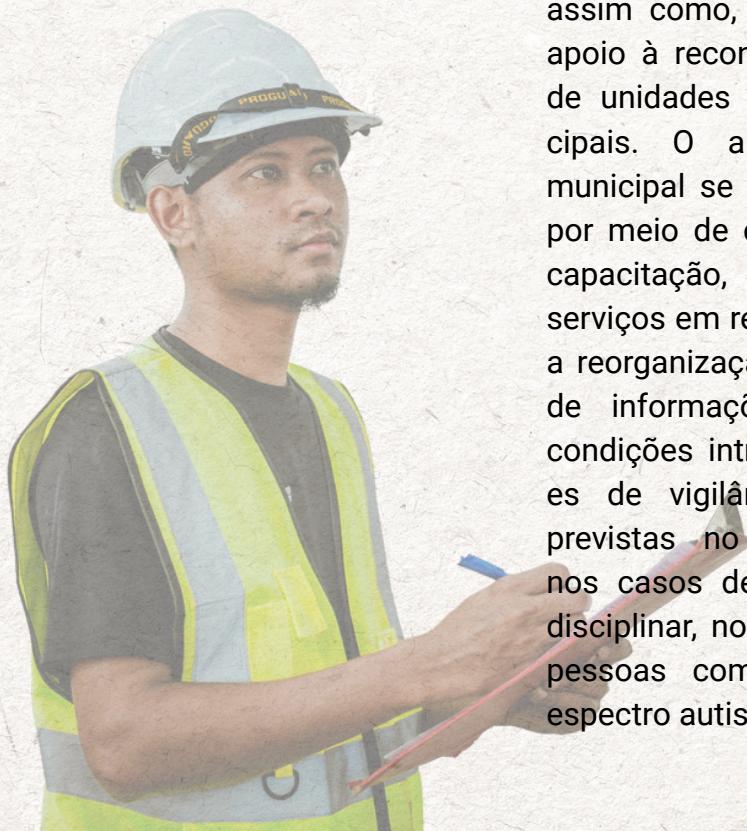
nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Colares na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Colares e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

